

ARGUMENTAÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO PERSPECTIVAS TEÓRICAS E RECORTES DISCIPLINARESⁱ

Ruth Amossyⁱⁱ

1 A Argumentação é parte do funcionamento discursivo

Na medida em que a Análise do Discurso (AD) espera descrever o funcionamento do discurso em situação, ela não pode negligenciar a sua dimensão argumentativa. Sem dúvida, nem toda tomada de fala é destinada a conquistar a adesão do auditório a uma tese (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1958 [1996]). Da conversação corrente aos textos literários, muitos são os discursos que não têm objetivo argumentativo, no sentido de que eles não veiculam nenhuma intenção de persuadir e não esperam fazer o alocutário aderir a uma posição claramente definida por estratégias programadas. Todavia, mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar.

Benveniste já definia o discurso como “toda enunciação que supõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 1974, pp. 241-2 [1991, p. 267]). Essa definição, sem dúvida fragmentária, tem a vantagem de sublinhar que toda troca verbal repousa sobre um jogo de influências mútuas e sobre a tentativa, mais ou menos consciente e reconhe-

cida, de usar a fala para agir sobre o outro. Ela põe em evidência a força da fala – perspectiva desenvolvida pelas correntes pragmáticas, para as quais o dizer é um fazer, e pelas teorias interacionistas, segundo as quais o exercício da fala implica normalmente vários participantes, que exercem, permanentemente, uns sobre os outros, uma rede de “influências mútuas”: falar é trocar, e é trocar trocando (KERBRAT-ORECCHIONI, 1990, pp. 54-55).

Nos termos de Charaudeau, todo ato de linguagem emana de um sujeito que gere sua relação com o outro (princípio de alteridade) de modo a influenciá-lo (princípio de influência), tendo de gerir uma relação na qual o parceiro tem seu próprio projeto de influência (princípio de regulação) (CHARAUDEAU, 2005a, p. 12 [2006, p. 16]).

Isso quer dizer que todo discurso é necessariamente argumentativo? As posições sobre o assunto divergem bastante. A retórica clássica, definida como a arte de persuadir – e, nesse sentido, sinônimo de argumentação –, considera que somente alguns gêneros de discurso dependem de seu domínio. Aristóteles menciona o jurídico, o deliberativo e o epidítico,

ⁱ Referência do texto fonte desta tradução: AMOSSY, R. *Argumentation et Analyse du discours: perspectives théoriques et découpages disciplinaires. Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], Tel-Aviv, n. 1, 2008, mis en ligne le 06 septembre 2008. Disponível em: <http://aad.revues.org/index200.html>.

ⁱⁱ Docente da Universidade Tel-Aviv, Israel. E-mail: amosy@attglobal.net.

e, se Perelman estende o império retórico a um conjunto muito mais vasto que compreende, como se verifica em seus exemplos, tanto o discurso filosófico quanto a literatura, ele não deixa de limitar a argumentação à tentativa de mobilizar os recursos da linguagem para suscitar a adesão dos espíritos à tese proposta ao assentimento. As teorias contemporâneas da argumentação vão ao encontro dessa restrição, distinguindo, claramente, uns dos outros, os discursos que têm por objetivo agir sobre o auditório por meio do raciocínio – do *logos* entendido como fala e razão. Eis aqui alguns exemplos. Para Oléron, a argumentação é a maneira pela qual uma pessoa – ou um grupo – esforça-se para levar um auditório a adotar uma posição por meio de apresentações ou asserções – argumentos – que visam a demonstrar sua validade ou pertinência (OLÉRON, 1987, p. 4). Segundo Breton, “a argumentação pertence à família das ações humanas que têm como objetivo convencer. [...] [Sua especificidade é] pôr em ação um raciocínio em uma situação de comunicação” (BRETON, 1996, p. 3 [1999, p. 7]). Para Van Eemeren e o grupo de Amsterdam fundador da pragma-dialética, a argumentação se define como:

uma atividade verbal e social da razão que visa a aumentar (ou a diminuir) aos olhos do auditório ou do leitor a aceitabilidade de uma posição controversa ao apresentar uma constelação de proposições destinadas a justificar (ou refutar) essa posição diante de um júri racional (Van EEMEREN et al, 1984, p. 53).

Pode-se, entretanto, considerar, nos termos de Grize, que

a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas como um alter ego com quem compartilhará sua visão. Agir sobre ele é buscar modificar as diversas representações que se lhe atribuem, colocando em evidência certos aspectos de coisas, ocultando outros, propondo novos (GRIZE, 1990, p. 41).

Passa-se, então, a uma concepção mais larga de argumentação, entendida como a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. Essa é a definição que eu desenvolvi em *L'argumentation dans le discours* (2006 [2000]), ampliando a da nova retórica de Perelman, pela tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir. Essa ampliação permite à argumentação, tomada como sinônimo de retórica ou de arte de persuadir, tratar do vasto leque de discursos, tanto os privados, quanto os públicos, que circulam no espaço contemporâneo, e reivindicar seu lugar nas Ciências da Linguagem sem, por isso, precisar, como sugere Patrick Charaudeau, recorrer à psicologia ou psicologia social¹.

É preciso ainda considerar aqui a questão da divergência de pontos de vista, que está na base da argumentação. Essa só surge, de fato, quando é possível haver uma discordância, ou, no mínimo, uma forma alternativa de ver as coisas. Como já sublinhava Aristóteles, não se argumenta sobre o que é evidente – nesse caso, sobre o que, numa determinada comunidade, parece ser evidente e oferecer-se como a única resposta possível a uma pergunta. Isso fica claro a partir da definição proposta por Michel Meyer:

Argumentar consiste em encontrar os meios para provocar uma unicidade de resposta, uma adesão do interlocutor à *sua* resposta, e assim, suprimir a alternativa de seus pontos de vista originais, isto é, a pergunta que encarna essas alternativas (MEYER, 2005, p. 15).

Trata-se, no entanto, de saber se as respostas alternativas que essa questão pode

¹ Apesar desta reserva sobre a definição da disciplina, parece-me que os objetivos globais e as posições teóricas da argumentação no discurso estão suficientemente próximas às de Charaudeau.

suscitar devem ser explicitadas em um contexto de confronto. É o que pensa Christian Plantin, que define a “situação argumentativa típica como o desenvolvimento e o confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma questão” (PLANTIN, 2005, p. 53 [2008, p. 64]). Essa “colocação em contradição ativa dos discursos em torno de uma questão” permite, segundo o autor, evitar a “dissolução da argumentação na linguagem”, que corre o risco de conduzir à visão de Grize ou à de Vignaux, para os quais enunciar equivale a argumentar (Ibid. [p. 43]). Nos termos desses dois autores, e contrariamente aos de Plantin, considero que o discurso em situação comporta em si mesmo uma tentativa de fazer ver as coisas de uma determinada maneira e agir sobre o outro. A posição contrária não precisa ser apresentada na íntegra, na medida em que a palavra é sempre uma resposta à palavra do outro, uma reação ao dito anterior que ela confirma, modifica ou rejeita:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam; trava uma polêmica com elas; conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as etc. (BAKHTINE (VOLOCHINOV), 1977, p. 105 [2002, p. 98]).

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à co-construção de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal. Por isso, cabe ao analista descrever as modalidades da argumentação verbal da mesma forma que os outros processos linguageiros, e numa estreita relação com eles.

É preciso, ainda, para evitar confusões, distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. Mesmo que, por sua natureza

dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a estratégia de persuasão programada e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). No primeiro caso, o discurso manifesta uma intenção argumentativa: o discurso eleitoral ou o anúncio publicitário constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, o discurso comporta, simplesmente, uma dimensão argumentativa (AMOSSY, 2006, p. 32-34): isso ocorre com a notícia de jornal, que se pretende neutra, com a conversa ou com uma grande parte das narrativas ficcionais.

Quando há a intenção, o discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas² – uma estrutura de troca particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão. Entre essas, pode-se mencionar a modalidade demonstrativa, em que uma tese é apresentada por um locutor, num discurso monologal ou dialogal, a um auditório do qual ele quer obter a adesão pelos meios da demonstração fundamentada, do raciocínio articulado apoiado em provas. Ou, também, a modalidade negociada, em que os parceiros que ocupam posições diferentes, até mesmo conflitantes, esforçam-se para encontrar uma solução comum para o problema que os divide e chegar a um consenso através de compromisso. Ou, ainda, a modalidade polêmica, que é caracterizada por um confronto violento de teses antagônicas, em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra, ou de uma

² Estudei a questão das modalidades argumentativas em dois textos recentes, a saber:

AMOSSY, R. Modalités argumentatives et registres discursifs: Le cas du polémique. In: GAUDIN-BORDES, Lucile; SALVAN, Geneviève (dir.). **Les registres**. Enjeux pragmatiques et visées stylistiques. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant, 2008.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (Orgs). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

terceira que as ouve, atacando as teses contrárias.

As coisas apresentam-se, diferentemente, no caso da dimensão argumentativa, em que a estratégia de persuasão é indireta e, muitas vezes, não admitida. Ela aparece na verbalização que produz um discurso cujo objetivo declarado é outro e não o argumentativo: um discurso de informação, uma descrição, uma narração cuja vocação é contar o registro de uma experiência vivida em um diário de viagem ou um diário, um testemunho que relata o que o sujeito viu, uma conversa familiar em que os parceiros jogam conversa fora sem a pretensão de fazer triunfar uma tese etc. Portanto, o que é importante é identificar e analisar a maneira como esses discursos destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do locutário para fazê-lo perceber as coisas de uma certa maneira.

Em todos os casos, a argumentação é inseparável do funcionamento global do discurso, e deve ser estudada no quadro da Análise do Discurso. Isso permite, com efeito, examinar a inscrição da argumentação na materialidade linguageira e em uma situação de comunicação concreta.

2 A inscrição da análise argumentativa na Análise do Discurso

Os tratados de argumentação inspirados em Aristóteles descrevem as principais categorias de raciocínio: o silogismo, o entimema, a analogia. Alguns propõem, como o trabalho pioneiro de Toulmin (1958 [2006]), protótipos de esquema argumentativo³. Outros estabelecem uma taxonomia de argumentos,

³ Os dados (D) progrediram para sustentar uma conclusão (C), passagem que é autorizada por garantias (G) que repousam sobre um fundamento (F – backing, B), e ao qual podem se aplicar restrições (R). Harry nasceu nas Bermudas (D), logo ele é cidadão britânico (C) já que aqueles que nascem nas Bermudas são britânicos (G) – a não ser que seus pais não o sejam (R).

tentando combinar os tipos de argumentos no âmbito de categorizações que variam amplamente. Outros ainda, como a lógica informal, dedicam-se a detectar os argumentos falaciosos (paralogismos). Em todas essas perspectivas⁴, a argumentação aparece como um encadeamento de proposições lógicas que temos de debrear da língua natural que as veicula e disfarça, simultaneamente.

Entretanto, a partir do momento em que os esquemas são reconstruídos por uma maneira que resume os enunciados concretos a proposições para colocá-los em uma sequência argumentativa abstrata, o que é linguageiro aparece como obstáculo. O analista se aplica a apará-lo para reencontrar a razão que lhe subjaz; ele é responsável por atualizar a armadura em que se sustenta a argumentação, o esqueleto escondido sob a carne das palavras.

É a essa abordagem que se opõe uma teoria da argumentação ancorada nas Ciências da Linguagem. Como assevera Christian Plantin, “a língua natural não é um obstáculo, mas a condição da argumentação” (PLANTIN, 1995, p. 259). Examiná-la tal como ela se inscreve, concretamente, no discurso, além da esquematização que restitui um raciocínio abstrato, permite ver como funciona, efetivamente, a estratégia de persuasão em uma situação de comunicação dada. Além de uma série de proposições lógicas que resumem os conteúdos e as relações estabelecidas entre eles, pode-se considerar, do mesmo modo, tudo o que é elaborado na estratégia de persuasão. O discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a

⁴ Encontramos um panorama dessas abordagens em Breton & Gauthier (2001).

polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala: a argumentação, é preciso não esquecer, não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual - entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro.

À condição de língua natural, acrescenta-se outra condição intrínseca, a da interação no meio da qual um locutor leva em conta o alocutário sobre quem quer agir e em proveito de quem ele mobiliza um conjunto de recursos linguísticos e de estratégias discursivas mais ou menos programados. A argumentação se situa no quadro de um dispositivo de enunciação em que o locutor deve adaptar-se ao seu alocutário, ou mais exatamente, à imagem que ele projetou (nos termos de Perelman, o auditório é sempre uma construção do orador).

Ela supõe, também, que se tenha em conta a situação concreta de enunciação: quem fala a quem, em que relação de lugares, qual é o estatuto de cada um dos participantes, quais são as circunstâncias exatas da troca, quais são o momento e o lugar em que ela ocorre. Além disso, a fala situa-se, necessariamente, no quadro de um gênero de discurso que ocupa um lugar particular num espaço social dado e que comporta seus objetivos, suas regras e suas próprias restrições.

Essa atenta abordagem ao eixo de comunicação e interação (atual ou virtual) entre os participantes da troca permite conferir à análise argumentativa sua dimensão institucional e social. Passa-se, então, do domínio dos universais, que implica a retórica orientada pelo *logos* como razão atemporal, ao domínio do social em sua relatividade e suas variações históricas e culturais. Isso quer dizer que a análise argumentativa adota a vocação da Análise do Discurso, que consiste em apreender “o discurso como entrelaçamento de

um texto e de um lugar social” – uma vez que seu objeto “não é a organização texto, nem a situação de comunicação, mas o que os liga por meio de um dispositivo de enunciação específico. Esse dispositivo põe em destaque, ao mesmo tempo, o verbal e o institucional” (essa é a definição de Maingueneau no *Dicionário de Análise do Discurso*, 2002 [2004]).

É nesse quadro comunicacional e sócio-histórico que é preciso estudar de perto a maneira como a argumentação se inscreve não somente na materialidade discursiva (escolha dos termos, deslizamentos semânticos, conectores, valor do implícito etc.), mas também no interdiscurso. O modo como o texto assimila a fala do outro pelas numerosas vias do discurso relatado, do discurso direto, ou da citação ao indireto livre, é primordial.

A isso, somam-se as modalidades segundo as quais o texto se articula, sem que isso seja necessariamente exibido, com os discursos que circulam antes ou em torno dele: a heterogeneidade constitutiva é um dos fundamentos da fala argumentativa na medida em que esta, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, modificá-la ou refutá-la. Por isso, é importante conhecer a essência do que é dito ou escrito em uma determinada sociedade sobre o tema posto em questão. Ainda que o locutor não se refira diretamente a ela, isso não significa que o seu discurso não se alimente do que foi dito ou escrito anteriormente: o ponto de vista que ele expõe situa-se sempre em uma constelação preexistente. Enfim, é preciso examinar a organização textual que determina o emprego da argumentação e a maneira como o locutor escolheu dispor os elementos de seu discurso com vistas a seu auditório.

É nesse contexto, também, que é preciso retomar dois polos da retórica clássica, muitas vezes negligenciados pelas teorias da argumentação: o *ethos*, ou a construção da imagem de si no discurso (AMOSSY, 2005), e

o *pathos*, ou a construção discursiva da emoção que o locutor pretende provocar em seu auditório (PLANTIN, 2000). De fato, os meios discursivos que a estratégia de persuasão mobiliza põem em destaque, tanto o *logos*, quanto o *ethos* e o *pathos*, e é a maneira como essa operação os liga em uma troca concreta ocorrida em uma situação de discurso particular que confere à fala sua força de persuasão. Muitas vezes, ouve-se, hoje em dia, a proclamação de que o *logos*, a argumentação racional que pretende persuadir pelas vias do argumento e da prova, está em declínio, e que está sendo substituída, na esfera pública, pelo *ethos* – a elaboração pelo locutor de uma imagem favorável de sua pessoa destinada a lhe conferir poder e influência – e pelo *pathos* – discurso que se endereça ao sentimento do auditório em detrimento da reflexão. Quaisquer que sejam os possíveis desvios das democracias contemporâneas, parece que as coisas não são assim tão simples. Os três componentes clássicos da retórica aristotélica clássica continuam sendo necessários à estratégia de persuasão, em dosagens e combinações variáveis. Cabe ao analista desvendá-los nos textos e deduzir as modalidades com as quais eles se combinam para alcançar o efeito desejado. Em resumo, a análise argumentativa:

1. Estuda os argumentos em língua natural, na materialidade do discurso, como elemento integrante de um funcionamento discursivo global
2. Situa a argumentação, assim compreendida, em uma situação de enunciação precisa, da qual importa conhecer todos os elementos (participantes, lugar, momento, circunstâncias etc.)
3. Estuda a maneira como a argumentação se inscreve no interdiscurso, situando-se, quanto ao que se diz, antes e no momento da tomada da palavra, no modo da retomada, da modificação, da refutação, do ataque...

4. Leva em conta a maneira como o *logos*, ou o emprego de argumentos em língua natural, alia-se, concretamente, ao *ethos*, a imagem de si que o orador projeta em seu discurso, e ao *pathos*, a emoção que ele quer suscitar no outro e que também deve ser construída discursivamente.

Pode-se perceber em que essa abordagem, essencialmente discursiva, distingue-se da “argumentação na língua” iniciada pelos trabalhos de Anscombe e Ducrot, por meio dos quais os estudos da argumentação entraram nas Ciências da Linguagem, e cuja abordagem pragmática-semântica continua, muitas vezes, sendo imposta como autoridade. Nessa acepção, a argumentação constitui um fato de língua, e não de discurso. Afora isso, não se trata da arte da persuadir.

A exclusão da perspectiva retórica radicalizou-se nos recentes trabalhos de Ducrot (2004), prosseguidos com Marion Carel, em que ele traça uma clara linha divisória entre o que ele chama de “argumentação retórica” e “argumentação linguística”: a primeira destaca apenas a ordem do *logos*, enquanto a segunda nega a existência, no discurso, de “uma argumentação racional, que seria capaz de provar, de justificar” (DUCROT, 2004, p. 21) e considera que “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados em que o discurso é produzido” (*Ibid.* p. 28). Compreende-se, facilmente, as implicações dessa “desconfiança radical” para com o *logos*, que se opõe à força conferida pela retórica ao *logos* como a única alternativa à violência – já tratei disso em outro lugar e não voltarei a insistir.

3 A argumentação no discurso: perspectivas disciplinares e interdisciplinares

Considerar o estudo da argumentação como um ramo da Análise do Discurso abre

diferentes direções de pesquisa⁵. A distinção essencial é, no entanto, aquela que separa as perspectivas disciplinares das perspectivas interdisciplinares. De um lado, estão os trabalhos que se desenvolvem no quadro das Ciências da Linguagem, cujo objetivo primeiro é desvendar e descrever os funcionamentos do discurso. De outro lado, situam-se os trabalhos que se inscrevem nos quadros de outras disciplinas: pesquisa em Comunicação, Estudos Literários, História, Ciências Políticas etc. Os instrumentos da Análise do Discurso e da Argumentação são aí aproveitados para responder a questionamentos extralinguísticos.

Em todos esses cenários, o recurso à análise argumentativa só pode intervir se permanecer no quadro das ciências dos textos: trata-se de investigações que visam a responder às questões que se colocam no campo de sua disciplina própria, por meio do exame sistemático de um discurso ou de um conjunto de discursos. Contudo, é preciso estabelecer, também aqui, uma distinção entre as disciplinas para as quais o discurso pode constituir um fim em si mesmo, e aquelas que não o tomam por objeto imediato. Assim, as ciências da comunicação e os estudos literários interrogam-se sobre a natureza do discurso que eles exploram. Essas ciências e estudos podem se perguntar como funciona o implícito em um artigo de informação ou em um romance realista, descrever o uso da primeira pessoa no romance, ou definir a especificidade do editorial. Esse não é o caso de disciplinas como a História ou as Ciências Políticas, para as quais o gênero de discurso ou as modalidades da tomada da palavra/fala não constituem o objeto de investigação e aparecem, no máximo, como instrumentais.

A relação dos dois tipos de abordagem da AD e da análise argumentativa, é preciso dizer de imediato, não deixa de ser um problema - mas as dificuldades não são da mesma ordem em ambos os casos. No primeiro, a dificuldade provém da proximidade das disciplinas e do questionamento de suas respectivas fronteiras; no segundo, a dificuldade decorre, ao contrário, da distância entre as disciplinas e do questionamento de sua aproximação.

De fato, na medida em que a AD e, depois dela, a Argumentação no discurso inclinam-se não somente sobre o funcionamento do discurso mas também sobre a especificidade de discursos pertencentes a diferentes campos, elas apropriam-se dos objetos investigados pelas ciências da comunicação e pelos estudos literários. É o que Dominique Maingueneau (2006) bem mostrou em seu *Contre Saint-Proust ou la fin de la Littérature*, e no artigo da Revista *Argumentation et Analyse du Discours (ADAAR)*, número 1. Ele argumenta sobre o poder das divisões institucionais, sobre a divisão de tarefas que elas autorizam, e sobre a recusa de alterações que elas causam, para explicar a barreira que continua a se levantar entre os estudos literários e os estudos da AD (no duplo sentido de pesquisa e de ensino). Na verdade, a AD deveria, segundo ele, unir os diferentes domínios que se concentram na exploração de discursos diferenciados, qualquer que seja a natureza - o que exige não santificar o Texto literário em sua pretendida diferença irreduzível. De fato, muitos trabalhos em AD concernem aos textos literários e aos *corpora* midiáticos. O trabalho de Patrick Charaudeau (2005b [2007]) sobre *O discurso das mídias* é bem conhecido e o próprio Maingueneau (1998 [2002]) publicou um livro intitulado *Análise de textos de comunicação*. O livro publicado sob a direção de Marcel Burger e Guylaine Martel (2005), *Argumentation et communication dans les médias*, traz várias contribuições vindas das Ciências da Linguagem (entre elas, as de Patrick Charaudeau, Jean-Michel Adam e Ruth

⁵ Sobre o problema das fronteiras da AD no campo das Ciências da Linguagem e em sua relação com outras disciplinas, ler-se-á a indispensável reflexão de Dominique Maingueneau (2005) em *L'analyse du discours et ses frontières*.

Amossy). No domínio da literatura, a coletânea editada por Amossy e Maingueneau (2004), fruto do colóquio em Cerisy, *L'analyse du discours dans les études littéraires*, marca a tentativa de reunir os esforços perseguidos até o momento no domínio da Análise do Discurso Literário, no sentido forte do termo (a saber, como um ramo da AD). Esse trabalho teve continuidade em *Sciences du texte et analyse de discours*, publicado em 2005 por J-M. Adam e U. Heidmann, e em um número especial da Revista *Littérature*, "Analyse du discours et sociocritique" (n.140, 2005).

Não é menos verdadeiro que essa tendência enfrenta muitas rejeições: as dos estudos literários, disciplina instituída há muito tempo, que não pretende se deixar "absorver" por um ramo das Ciências da Linguagem; as dos estudos em comunicação – curso relativamente novo – que experimentam o desejo crescente de se erigir como uma disciplina diferenciada. É preciso, então, concluir que a barreira erguida entre as disciplinas é puramente institucional e concerne somente à distribuição dos territórios e dos poderes?

Sem ignorar as importantes forças institucionais e a lógica dos campos, parece-me que a AD e análise argumentativa podem ora servir como quadro, ora fornecer os instrumentos de trabalho, sem que seja necessário, para tanto, um apagamento das fronteiras disciplinares. Estas fronteiras são mantidas por duas razões maiores. A primeira, é que uma parte dos tipos de trabalhos realizados nesses domínios se faz a partir de materiais e de acordo com métodos que não são da alçada da AD e da Argumentação no discurso. Isso é evidente nas ciências históricas, quando elas se fundam sobre um estudo de traços materiais e de objetos que não são de ordem discursiva, ou para a Sociologia, quando se debruça sobre estatísticas demográficas ou quando empreende pesquisas de campo. Mas isso também é verdadeiro para os estudos literários que integram em seu

espaço análises temáticas e psicanalíticas, ou investigações biográficas, fundadas sobre abordagens estranhas à análise discursiva.

A segunda razão é que se a AD e a análise argumentativa são convocadas a contribuir aos estudos de literatura ou aos de comunicação, assim como aos das ciências humanas, é para responder às questões cuja natureza e implicações não são do domínio das Ciências da Linguagem, propriamente falando. Nesse contexto, a análise argumentativa, como ramo da AD, é confrontada com questões que não têm por objeto os funcionamentos discursivos, mas sim assuntos relacionados a outros tipos de investigações. Pode-se, por exemplo, se perguntar como os jornalistas israelenses estão implicados nos relatórios da segunda guerra do Líbano, ou ver como a imprensa suíça francófona, durante a Segunda Guerra Mundial, relatou os fatos relativos à deportação de judeus e aos campos da morte. Da mesma forma, em literatura, tenta-se esclarecer *A comédia humana*, explorando o uso da ironia em Balzac (BORDAS, 2003), ou *As Ligações Perigosas*, de Laclos, analisando suas estratégias epistolares (SIESS, 1998).

O problema, pois, não reside unicamente num recorte institucional que pode parecer arbitrário. A diferença reivindicada está ancorada na própria natureza do questionamento e na construção das problemáticas que caracterizam um domínio particular, ainda que este esteja orientado sobre o emprego da linguagem.

O que dizer no caso das disciplinas para as quais a investigação dos textos não é um fim em si mesmo, e entre as quais a História representará aqui o modelo emblemático? Sem dúvida as questões se colocam aí diferentemente. Sabe-se que a tentativa de fazer convergir a investigação histórica e a AD (nesse caso, a Análise do Discurso francesa surgida com Pêcheux e levada a cabo naquele momento por Malidier, Guilhaumou, Robin entre outros) não permitiu uma aproximação

institucional das disciplinas e chocou-se globalmente, do ponto de vista dos historiadores, com uma recusa categórica e definitiva.

Por que empreender, então, uma comprovação sob novos auspícios, e em que a AD contemporânea – despojada de suas ancoragens marxista e psicanalítica, e alimentada da análise argumentativa – poderia contribuir para os estudos históricos? O argumento dado, nesse sentido, pelos integrantes das Ciências da Linguagem e do texto é conhecido, mas talvez seja útil lembrá-lo. Um texto – um documento, um arquivo, uma narrativa do passado, um ensaio ou um tratado escrito e publicado em um passado distante – não podem ser apreendidos com discernimento se não se tiver em conta sua dimensão languageira e argumentativa. Para deduzir seus conteúdos, não basta atravessar o texto: não se os apreende reencontrando um nó duro sob sua ganga languageira. O sentido se constrói sempre em uma troca verbal que compreende parceiros situados que perseguem seus objetivos; ele se elabora na espessura do discurso, na verbalização que rege a especificidade de uma interação verbal. Portanto, não é possível deduzi-lo sem levar em conta esses parâmetros – pois o mesmo argumento pode revestir uma significação muito diferente dependendo da maneira como ele é formulado e desenvolvido, e do auditório ao qual ele é destinado, em circunstâncias particulares. É, então, para estudar os textos e documentos dos quais se alimentam as Ciências Históricas (ou Políticas, ou Sociais etc.) que é preciso dispor os quadros e os instrumentos que permitem analisá-los com maior precisão e delicadeza possíveis. Além disso, o discurso é, às vezes, por si mesmo História, ou acontecimento histórico. É o caso, por exemplo, do discurso do General de Gaulle de 18 de junho de 1940, em relação ao chamado feito, na véspera, pelo marechal Pétain (ADAM, 1999, p. 139-155).

Vou tentar explicitar as várias possibilidades mencionadas acima, com a ajuda de alguns exemplos, insistindo mais particularmente sobre o aporte específico da argumentação no discurso dentro do espaço global da AD. Por falta de espaço, eu me permitirei remeter aos trabalhos que publiquei ao longo dos anos, mas também me apoiar sobre estudos conduzidos por outros pesquisadores e que me parecem significativos, até mesmo decisivos. Trata-se, certamente, de simples indicações dadas a título de exemplificação, e não de panorama exaustivo.

3.1 A argumentação no discurso no espaço das Ciências da Linguagem

No domínio das Ciências da Linguagem, o questionamento se apoia nos meios verbais que, no seio de um funcionamento discursivo global, assegura à fala sua eficácia. Trata-se, portanto, de explorar os funcionamentos discursivos para ver como o discurso permite ao locutor agir sobre o outro.

Nesse contexto, os conhecimentos da Linguística em suas diversas correntes são retomados e reexaminados numa perspectiva argumentativa. Tomemos, por exemplo, os primeiros trabalhos de Ducrot (1972) sobre a pressuposição. Lembremos que Ducrot, após ter constatado as funções do implícito que permitem dizer sem ter dito e assim subtrair o que se antecipa à contradição, define a pressuposição e mostra que “pressupor um certo conteúdo é colocar a aceitação desse conteúdo como condição do diálogo ulterior”, transformando “na mesma ocasião, as possibilidades de fala do interlocutor (DUCROT, 1972, p. 91 [1977, p. 101]). A recusa dos pressupostos conduz a uma ruptura da comunicação. Ele ressalta que a pressuposição constitui para o locutor um meio particularmente eficaz de fazer seu auditório aceitar alguns pontos de vista que ele não submete ao seu assentimento (ele não os

“põe”), mas que ele introduz como evidentes (ele os "pressupõe"). A análise argumentativa pode explorar as potencialidades do estudo conduzido em pragmática *integrada*, estudando, por exemplo, as “dissimulações” do debate político televisivo (AMOSSY, 1994). Ela também pode tirar proveito dos trabalhos produzidos sobre o implícito no domínio da pragmática, e especialmente da obra clássica de Kerbrat-Orecchioni (1986). É instrutivo, nessa perspectiva, identificar as funções do implícito quando ele é conscientemente mobilizado no discurso da extrema direita sobre Israel e sobre os judeus (AMOSSY, 1999 [2005]). Notamos que se encontram inúmeros e fecundos trabalhos sobre as funções do implícito no discurso argumentativo fundados ora nos trabalhos de Grice, ora sobre a noção retórica de entimema (como silogismo ausente).

Por vezes, é necessário determinar as funções argumentativas dos diferentes fenômenos que não foram objetos de investigação no domínio das Ciências da Linguagem, e que, portanto, é preciso, num primeiro momento, definir e descrever. Esse é o caso do estereótipo em sua definição de representação coletiva cristalizada (AMOSSY, 1997) ou da estereotipia sob suas diversas formas (AMOSSY, 2002; AMOSSY; STERNBERG, 2002) repertoriadas por disciplinas, tais como a Retórica (o *topos* retórico), a Literatura (a ideia admitida), a Estilística (o clichê) (AMOSSY; HERSCHBERG PIERROT, 1997). A integração desses elementos em uma perspectiva discursiva é acompanhada pela exploração dos diferentes papéis que eles podem desempenhar na argumentação.

A pesquisa pode também incidir sobre o proveito que a argumentação pode tirar de alguns dispositivos da enunciação. O apagamento enunciativo, que é, atualmente, objeto de importantes trabalhos nas Ciências da Linguagem, permite evidenciar as

vantagens que o locutor obtém pela tentativa de neutralizar sua fala, tentando apagar, o mais eficazmente possível, sua subjetividade. Apoiando-se nos trabalhos de Vion, Alain Rabatel destaca as marcas formais do apagamento enunciativo para articulá-lo com os efeitos da argumentação indireta que ele permite. (RABATEL, 2004). Em outro domínio, o estudo do *ethos* retórico, retomado em AD a partir dos trabalhos de Dominique Maingueneau, autoriza, igualmente, a exploração da instância de locução na troca verbal. Isso permite mostrar como o locutor constrói uma imagem de si mesmo de forma adequada e eficaz na relação constitutiva que o amarra ao alocutário (MAINGUENEAU, 2005 [1999]).

Nesse caso, a retomada de uma noção retórica pelas Ciências da Linguagem conduz a uma integração da antiga arte da persuasão na análise argumentativa que se afirma na AD. Se o *ethos* ocupa, atualmente, um lugar preponderante nas Ciências da Linguagem, é preciso ver também que outros polos são, igualmente, estudados – em particular, o *pathos* ou a construção da emoção no discurso que permite atrair a adesão, tocando tanto o coração quanto a razão do auditório. Sobre isso, oferecemos como exemplos os trabalhos de Christian Plantin, o artigo de Patrick Charaudeau e o volume “*Les émotions dans les interactions*”, no qual o artigo foi publicado, ou ainda o colóquio realizado em Brest sobre “*Le pathos en action*” (RINN, 2008). É a essa ótica, igualmente, que podemos nos associar, inserindo-os numa reflexão linguística orientada sobre a força da fala, às diversas noções retóricas – sejam elas extraídas das figuras e dos *tropos* da *elocutio* (a preterição, a digressão, a metáfora etc.) ou das categorias mais tardias, como os argumentos em “*ad*” (*ad populum*, *ad baculum*, *ad hominem*). Christian Plantin mostrou que o estudo das *falácias* (paralogismos) faz parte de um polo formal de tipo avaliativo (a crítica dos argumentos não-

válidos), ao qual se opõe um polo linguageiro que estuda a argumentação nos quadros interativos (PLANTIN, 1995, p. 257). Em vez de rejeitar a questão dos paralogismos, pode-se, então, inscrevê-lo na esfera de influência dos estudos da argumentação em língua natural (AMOSSY, 2006).

Finalmente, é preciso mencionar um domínio importante, que também pertence às Ciências da Linguagem, mais especificamente à AD: a descrição de um gênero de discurso. A argumentação aparece, então, como um componente inerente ao seu funcionamento. É possível trabalhar proficuamente, explorando o funcionamento do discurso publicitário (ADAM; BONHOMME, 1997), ou o discurso político em suas diferentes variedades (CHARAUDEAU, 2006 [2005a]; SCHEPENS, 2006). Pode-se também esclarecer o funcionamento de um gênero instituído, como o panfleto (ANGENOT, 1982), a correspondência diplomática (COHEN-WIESENFELD, 2004), ou a entrevista com autor (YANOSHEVSKY, 2006). Esses estudos se inserem, frequentemente, em problemáticas mais vastas – assim, a análise do panfleto permite esclarecer o funcionamento da fala polêmica; a análise da correspondência diplomática retoma a questão da inscrição da subjetividade no discurso, mostrando como se constrói a dimensão argumentativa das trocas epistolares supostamente destinadas a ficar neutras; o estudo da entrevista mostra a co-construção da imagem de autor na dinâmica do diálogo. Outros autores trabalham com gêneros não instituídos, examinando a argumentação nas trocas cotidianas, como Guylaine Martel, que examina quais estratégias argumentativas são utilizadas no discurso oral espontâneo (1998).

A consideração de um quadro genérico mostra a que ponto a arte de persuadir é determinada pelas regras e restrições do gênero do discurso em que está empregada. É, assim, por exemplo, que a argumentação

política de Olympe de Gouges - que, na qualidade de mulher, não tinha nenhum acesso à tomada da palavra em público no início da Revolução Francesa - varia em suas modalidades em função dos gêneros de discurso dos quais ela consegue se apropriar (SIESS, 2005). Da mesma forma, o que Vera Brittain escreve sobre sua experiência da Grande Guerra e da perda de seu noivo difere quando ela escreve seu diário íntimo e quando redige cartas para seu irmão e seus amigos – para não mencionar o célebre romance pacifista publicado nos anos 1930 (AMOSSY, 2003). Pode-se ver, assim, como a relação de uma mesma situação, ou a transmissão de uma mesma tese, se reveste de formas diferentes, e até mesmo adquire sentido e impacto diferentes, quando ela se molda em um formato de comunicação e em um dispositivo de enunciação particular.

3.2 A argumentação no discurso e a análise textual

Todavia, como já o dissemos, o pesquisador pode empregar a argumentação em discurso a finalidades que são do domínio de outras disciplinas e não apenas das Ciências da Linguagem, satisfazendo a outras necessidades. Em particular, é-lhe permitido mobilizar os seus quadros de análise para estudar um texto ou um determinado documento.

Essa necessidade pode ser sentida nas Ciências da Comunicação, quando se trata de examinar minuciosamente um determinado discurso político. Assim, pode-se debruçar sobre um discurso de campanha de Nicolas Sarkozy ou de Ségolène Royal na época das eleições presidenciais de 2007, na França, para ver como eles constroem um ethos: como uma mulher pode projetar uma imagem de presidenciável, ou, de acordo com quais modalidades se dá o apagamento dos aspectos negativos da imagem prévia de Sarkozy. Pode-se também examinar a maneira como os

candidatos às eleições presidenciais de 2002, a saber, Chirac e Le Pen, apoderam-se, numa entrevista particular, do tema da insegurança e exploram uma *doxa* para consolidar seu *ethos* (AMOSSY, 2005).

A análise argumentativa coloca em evidência, ao mesmo tempo, os objetivos do discurso em uma situação de comunicação singular e as estratégias empregadas para realizá-los, em suas dimensões formais e ideológicas. Da mesma forma, ela convém à análise do arquivo que retém a atenção do historiador. Uma análise detalhada de um texto publicado em 14 de novembro de 1918 por Madeleine Vernet, “À ‘Mãe desconhecida’ do ‘Soldado desconhecido’”, em uma revista intitulada *La Mère éducatrice*, mostra como o autor constrói seu auditório feminino e tenta conquistar sua adesão a um protesto, completamente minoritário, em particular contra a cerimônia do Soldado Desconhecido, e contra as guerras em geral (AMOSSY, 2006).

Essa abordagem corresponde também às necessidades dos estudos literários, que se vinculam ora a um breve texto em sua unicidade, ora a uma obra mais ou menos consagrada. Nesse contexto, é a especificidade do texto, do gênero a que ele pertence, da estética em que ele se inscreve ou com a qual ele contribui em sua elaboração, que é preciso levar em conta na análise. Assim, um estudo de uma narrativa de Henri Barbusse *Ce qui fut sera*, por meio de uma análise de seu dispositivo enunciativo e de seu modo de fazer analógico, permite esclarecer a escrita pacifista de Barbusse e sua evolução (AMOSSY, 2000). A argumentação no discurso também ajuda a iluminar um texto testamentário de Drieu la Rochelle (AMOSSY, 2000), o discurso pacifista de Jacques em *Les Thibault*, de Roger Martin du Gard (AMOSSY, 2000), ou ainda as modalidades argumentativas da abertura da *La porteuse de pain*, no quadro da estética do romance popular da época (AMOSSY, 2007).

3.3 A argumentação no discurso a serviço de outras disciplinas

No entanto, a argumentação no discurso também pode ser explorada para responder de modo global às questões que não são de ordem linguística e que são postas em diversas disciplinas das Ciências Humanas. Não se trata, por conseguinte, de se interrogar sobre as funções argumentativas do implícito, mas de ver em que medida o discurso do FN⁶ é antissemita.

A análise de discurso epistolar e da retórica dos combatentes não é um fim em si mesmo, mas o meio de compreender como os soldados da I Guerra Mundial vivenciaram a guerra, o que lhes permitiu resistir tanto tempo e em que medida é legítimo falar de “consentimento para a guerra” (HOUSIEL). Não é a construção do *ethos* em si que retém aqui a atenção do pesquisador, mas a questão de saber como os estudantes franceses puderam, durante a guerra da Argélia, modificar sua imagem para fazê-la servir, ao mesmo tempo, à sua reivindicação política e a uma alteração de seu próprio estatuto (ORKIBI). Em outros termos, os quadros e os instrumentos da Análise do Discurso permitem esclarecer um ponto particular cujas implicações se situam nas disciplinas extralinguísticas.

O pesquisador deve, então, constituir um *corpus*, no sentido de um conjunto de textos construídos em função de um parâmetro que lhe confere uma unidade e permite submetê-los a uma mesma investigação. É essa opção particular que se encontra em parte ilustrada neste nosso artigo.

É preciso notar, porém, que uma análise propriamente linguística pode, igualmente, desembocar em questões midiáticas, políticas ou em outras que possam ser levantadas em outras disciplinas. Assim, um estudo da denominação tomada em sua dimensão

⁶ NT: FN refere-se ao partido político fundado por Jean-Marie Le Pen, o Front National.

argumentativa permite não somente explorar o funcionamento da denominação como tal, mas também se interrogar sobre a objetividade reivindicada pela imprensa, bem como trabalhar sobre o tratamento do terrorismo nos jornais franceses dos anos 1980 (KOREN, 1996, p. 205-258). Nesse sentido, a linha divisória traçada entre os estudos disciplinares e interdisciplinares permanece fluida. Muito frequentemente, um estudo se propõe tanto realçar um funcionamento discursivo, quanto tratar, no *corpus* selecionado, de uma questão social. Reciprocamente, um trabalho que enfoca uma questão de sociedade, ou de História, ou ainda de estética literária, pode também lançar luz sobre um funcionamento discursivo. É porque a análise argumentativa, como a AD na qual ela se inscreve, pretende tratar dos funcionamentos discursivos em casos concretos e não em exemplos fabricados, e também porque ela pretende examiná-los em uma situação de discurso sócio-histórico, que ela se localiza, necessariamente, no cruzamento das disciplinas. Nessa perspectiva, é natural que as interferências e as sobreposições entre as disciplinas se multipliquem - os integrantes da AD e da argumentação que fazem sem cessar incursão nos domínios dos quais são extraídos seus exemplos; os especialistas de outras disciplinas que tendem, mais frequentemente, a se situarem no âmbito da AD e da argumentação, para explorar seu *corpus* e responder às questões que ele suscita em seu próprio domínio⁷. Em vez de ver aí uma confusão desagradável ou um embate inquietante de fronteiras, podemos nos alegrar

⁷ Sem contar que, “dificilmente, se pode sustentar que toda pesquisa sobre o discurso depende necessariamente de uma disciplina. Para uma série de trabalhos com objetivo fortemente descritivo e/ou que abordam objetos pouco ou não tratados, se é incapaz de dizer qual disciplina os rege. Com efeito, as diferenças entre disciplinas aparecem se a pesquisa se inscrever verdadeiramente em uma problemática, perfilada pelo interesse que governa a disciplina em que se apoia.” (MAINGUENEAU, 2005).

por uma interdisciplinaridade que já muitas vezes mostrou-se profícua e que convém, para nós, desenvolver.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **L’argumentation publicitaire**. Rhétorique de l’éloge et de la persuasion Paris: Nathan, 1997.

_____. **Linguistique textuelle**. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.

_____; HEIDMANN, Ute (éds). **Sciences du texte et analyse de discours**. Enjeux d’une interdisciplinarité. Genève: Slaktine, 2005.

AMOSSY, Ruth (éd.). **Images de soi dans le discours**. La construction de l’*ethos*. Genève: Delachaux et Niestlé, 1999. [**Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005].

AMOSSY, Ruth. **L’argumentation dans le discours**. Paris: Colin, 2006 [2000].

_____; MAINGUENEAU, Dominique (éds). **L’analyse du discours dans les études littéraires**. Toulouse: PUM, 2004.

_____; KOREN, Roselyne (éds). Argumentation et prise de position. Pratiques discursives. **Semen (en ligne)**, n. 17, 2004.

_____; HERSCHBERG PIERROT, Anne. **Stéréotypes et clichés**. Langue, discours, société. Paris: Colin, 2005 [1997].

ANGENOT, Marc. **La parole pamphlétaire**. Typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1982.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L’argumentation dans la langue**. Liège: Mardaga, 1988.

ARISTOTE. **Rhétorique**. Paris: Le livre de poche, 1991 [**Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998].

BAKHTINE, Mikhail (Volochinov). **Le marxisme et la philosophie du langage**. Paris: Minuit, 1977 [Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002].

BENVENISTE, Emile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1974 [Problemas de Linguística Geral I. 3.ed. Tradução de Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1991].

BORDAS, Eric (éd.). **Ironies balzaciennes**. Saint-Cyr: Pirot, 2003.

BRETON, Philippe. **L'argumentation dans la communication**. Paris: La Découverte, 1996 [Argumentação na comunicação. Bauru: EDUSC, 1999].

_____; GAUTHIER, Gilles. **Histoire des théories de l'argumentation**. Paris: La Découverte, 2000 [História das teorias da argumentação. Tradução de Maria Carvalho. Lisboa: Bizâncio, 2001].

BURGER, Marcel; MARTEL, Guylaine. **Argumentation et communication dans les médias**. Québec: Nota Bene, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours politique**. Les masques du pouvoir. Paris: Vuibert, 2005a [Discurso político. Tradução de Fabiana Komesu; Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006].

_____. **Les médias et l'information**. L'impossible transparence du discours. Bruxelles: de Boeck, 2005b [Discurso das mídias. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007].

_____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Seuil, 2002 [Dicionário de Análise do Discurso. Tradução de Fabiana Komesu et al. São Paulo, Contexto, 2004].

COHEN-WIESENFELD, Sivan. L'inscription de la subjectivité dans le discours diplomatique. *Semen (en ligne)*, n. 17, 2004.

DUCROT, Oswald. **Dire et ne pas dire**. Paris: Hermann, 1972. [Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer). São Paulo: Cultrix, 1977].

_____. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, Marianne; MOIRAND, Sophie (éds). **L'argumentation aujourd'hui**. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004 [Argumentação retórica e argumentação linguística. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009].

EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob. **Speech Acts in Argumentative Discussions**. Dordrecht: Foris, 1984.

_____. et al. **Fundamentals of Argumentation Theory**. NJ / London: Erlbaum, 1996.

GRIZE, Jean-Blaize. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. **L'énonciation de la subjectivité dans le langage**. Paris: Armand Colin, 1980.

_____. **L'implicite**. Paris: Armand Colin, 1986.

_____. **Les interactions verbales**, t. I. Paris: Armand Colin, 1990.

KOREN, Roselyne. **Les enjeux éthiques de l'écriture de presse ou la mise en mots du terrorisme**. Paris: L'Harmattan, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. **Analyser les textes de communication**. Paris: Nathan, 1998 [Análise de textos de comunicação. Tradução de Cecília P. Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002].

_____. L'analyse du discours et ses frontières, *Marges linguistiques*, n. 9, 2005.

_____. **Contre Saint-Proust ou la fin de la Littérature**. Paris: Belin, 2006.

MARTEL, Guylaine. **Pour une rhétorique du quotidien**. Québec: CIRAL, 1998.

MEYER, Michel. **Qu'est-ce que l'argumentation ?**. Paris: Vrin, 2005.

OLÉRON, Pierre. **L'argumentation**. Paris: PUF, 1983 [A *argumentação*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987].

PERELMAN, Chaïm. **L'empire rhétorique**. Rhétorique et argumentation. Paris: Vrin [O *império retórico*: Retórica e Argumentação. Porto: Ed. ASA, 1993].

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité de l'argumentation**. La nouvelle rhétorique. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1958 [Tratado da *Argumentação*: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996].

PLANTIN, Christian. L'argument du paralogisme. *Hermès*, n. 15 Argumentation et rhétorique I, 1995.

_____. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

_____. **L'argumentation**. Paris: PUF, 2005 [A *argumentação*: história, teorias, perspectivas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008].

_____; DOURY, Marianne; TRAVERSO, Véronique (Éds). **Les émotions dans les interactions**. Lyon: Presses Universitaires Lyon, 2000.

RABATEL, Alain. Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du Mort qu'il faut de Semprun. *Semen (en ligne)*, n. 17, 2004.

RINN, Michael (éd.). **Émotions et discours**. L'usage des passions dans la langue. Rennes: Presses de l'Université de Rennes, 2008.

SCHEPENS, Philippe (éd.). Catégories pour l'analyse du discours politique. *Semen (en ligne)*, n. 21, 2006.

SIESS, Jürgen (éd.). **La lettre entre réel et fiction**. Paris: Sedes, 1998.

_____. Un discours politique au féminin: le projet d'Olympe de Gouges. *Mots*, n. 78, pp. 9-21, 2005.

_____; VALENCY, Gisèle (éds). **La double adresse**. Paris: L'Harmattan, 2002.

TOULMIN, Stephen E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge, 1958 [Os *usos do argumento*. 2.ed. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006].

YANOSHEVSKY, Galia. **Les discours du Nouveau Roman**. Essais, entretiens, débats. Lille: Septentrion, 2006.

Estudos de Ruth Amossy citados a título de ilustração

Les dessous de l'argumentation dans le débat politique télévisé. *Littérature*, 93, 1994.

Israël et les juifs dans l'argumentation de l'extrême droite. Les fonctions du doxique et de l'implicite. *Mots*, 58, 1984.

Du témoignage au récit symbolique. Le récit de guerre et son dispositif énonciatif. MILKOVITCH-RIOUX, Catherine (éd.). **Écrire la guerre**. Clermont-Ferrand: Presses universitaires Blaise Pascal, 2000a.

Plaidoirie et parole testamentaire. L'Exorde de Drieu la Rochelle. KUPERTY-TSUR, Nadine (éd.). **Écriture de soi et argumentation**. Rhétorique et modèles de l'autoreprésentation. Caen: Presses Universitaires de Caen, 2000b.

Discours pacifiste et argumentation d'auteur dans L'Été 1914 de Roger Martin du Gard. SANTA, Angels; PARRA, Montse (éds). **Relire L'Été 1914 et Épilogue de Roger Martin du Gard**. Lleida: Pagès/El Fil d'Adriana, 2000c.

Des topoi aux stéréotypes: le doxique entre logos et pathos. EGGS, Ekkehard (éd.). Topoi, discours, arguments. *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur*, Beiheft 32. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 2001.

A Rhetorical Approach to Rewriting: Genre and Vera Brittain's Experience of Mourning. *Journal of Romance Studies*. vol. III. 3. Ben Porat, Ziva ed., 2003.

Le maniement de la doxa sur le thème de l'insécurité: Chirac et Le Pen aux Présidentielles 2002. *Médias et Cultures*, n.1, 2005.

2007. Les récits médiatiques de grande diffusion au prisme de l'argumentation dans le discours: le cas du roman feuilleton. In: **Idéologie et stratégies argumentatives dans les récits imprimés de grande consommation**. XIXe–XXIe siècles (Belphégor)
<http://etc.dal.ca/belphegor/Limoges2006/index.html>

Tradução:

Eduardo Lopes Piris

Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil, e Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Lineide Salvador Mosca. E-mail: elpiris@uesc.br.

Moisés Olímpio Ferreira

Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo, Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Lineide Salvador Mosca e coorientação do Prof. Dr. Henrique Graciano Murachco. E-mail: moisesolim@usp.br.

Revisão da tradução:

Maria Helena Cruz Pistori

Pós-doutoranda em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a supervisão da Profa. Dra. Beth Brait. E-mail: mhcpist@uol.com.br.